

**LUTANDO POR UMA IDEIA: O PAPEL DE ALEXANDRE LUÍS DA
CUNHA NA DIFUSÃO DO ENSINO MÚTUO**

**STRUGGLING FOR AN IDEA: THE ROLE OF ALEXANDRE LUÍS DA
CUNHA IN THE MONITORIAL SYSTEM OF EDUCATION
DIFFUSION**

Carlos Manique da Silva

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL)

manique@net.sapo.pt

RESUMO

A configuração de redes educativas internacionais destinadas a difundir o ensino mútuo constitui o ponto principal da minha análise. Para o efeito, sublinho a contribuição de uma personalidade que – tendo nascido em Portugal, mais precisamente na ilha da Madeira, onde primeiramente teve contato com o modelo de ensino proposto por Joseph Lancaster – realizou viagens a Lisboa, Londres, Baltimore e Rio de Janeiro. O propósito dessas viagens esteve frequentemente associado à aprendizagem / promoção do sistema de ensino lancasteriano.

Do ponto de vista teórico, assumo aqui que na difusão e circulação do conhecimento pedagógico existe uma interface entre o mundial e o local (cf., por exemplo, CARUSO, 2004; CARVALHO & Ó, 2009; SCHRIEWER, 2001). Por outras palavras, não se afigura legítimo falar de replicação de modelos estandardizados de organização educacional mas sim de processos seletivos de incorporação nos diversos contextos – em função de novos espaços sociais e culturais e de outros atores. A par dessa recontextualização é seguramente importante termos presente que a validação (e, obviamente, a legitimação) de um determinado modelo educacional só acontece aquando da sua “exportação”; quando se torna, portanto, universal (ROLDÁN VERA, 2007). Por outro lado, parece-me igualmente útil reter a lição de Mary S. Morgan (2011), designadamente quando entende que o conhecimento “circulou bem” se: i) manteve uma certa *integridade*; ii) encontrou novos utilizadores e produziu novas narrativas (nesse sentido foi frutífero).

Palavras-chave: Ensino mútuo; Conhecimento pedagógico; Alexandre Luís da Cunha; Joseph Lancaster.

ABSTRACT

The configuration of international educational networks whose purpose is to disseminate the monitorial system of education is the main point of my analysis. To that end, I emphasize the contribution of a personality who – having been born in Portugal more precisely in the Madeira Island, where he firstly had contact with the teaching model proposed by Lancaster – made trips to Lisbon, London, Baltimore and Rio de Janeiro. The aim of these trips was often associated with learning / promotion of the lancasterian system of education.

From the theoretical point of view lined with other authors, I assume here the existence of an interface between the local and the global, concerning dissemination and circulation of pedagogical knowledge (see, e.g., CARUSO, 2004; CARVALHO & Ó, 2009; SCHRIEWER, 2001). In other words, it doesn't seem to be legitimate to speak about educational standard models replica. Instead, we should talk about an active interpretation of those very models according to the social and cultural spaces and actors. Alongside with this re-contextualisation is certainly important to consider that the validation (and obviously the legitimacy) of a particular educational model only happens at the time of its "exportation", when it becomes therefore universal (ROLDÁN VERA, 2007). It seems equally useful to follow the lesson of Mary S. Morgan (2011), particularly when she affirms that facts (knowledge, generally speaking) have "traveled well" if they: firstly, maintained some of their *integrity*; and secondly, found new users, new uses and made new narratives (in this sense they were fruitfully).

Key-words: Monitorial System of Education; Pedagogical Knowledge; Alexandre Luís da Cunha; Joseph Lancaster.

1. A INTRODUÇÃO DO ENSINO MÚTUO NA ILHA DA MADEIRA: ATORES E SOCIEDADES CIVIS

A introdução do ensino mútuo na ilha da Madeira encontra-se bem documentada nos estudos de Nelson Veríssimo (2006) e de Cláudia Gouveia (2008). Temos, assim, conhecimento de que o sistema lancasteriano foi promovido na ilha pelo comerciante britânico Joseph Phelps¹ e aplicado pela primeira vez no ano de 1819, precisamente na escola do sexo masculino que fundou na cidade do Funchal². Phelps, que conhecera o método em Londres, foi naturalmente o seu primeiro professor, mas logo tratou de ensiná-lo a um cidadão local. E se, ao que parece, não houve inicialmente a intenção de criar uma escola normal para a formação de mestres, certo é que essa ideia não demorou a surgir no espírito de Joseph Phelps.

¹ Segundo Cláudia Gouveia (2008), a família Phelps dedicou-se sobretudo ao comércio do vinho, granjeando importante reconhecimento social na ilha da Madeira.

² As fontes de arquivo não são coincidentes no que respeita à data de fundação da escola de rapazes, divergindo em torno de duas datas: 1817 e 1819. Sigo, porém, a opinião de Nelson Veríssimo (2006), que aduz alguns argumentos a favor da segunda data.

É interessante enfatizar os fenômenos de internacionalização da educação. De fato, Phelps, em finais de 1821, na sequência de uma subscrição pública, instituiu a chamada Associação Funchalense para o Ensino Mútuo (GOUVEIA, 2008). Ora, a referida Associação, cujo objetivo principal era o de promover a educação de crianças da “classe trabalhadora ou pobre e melhoramento do seu moral” (apud GOUVEIA, 2008, p. 108), foi criada tendo como referência a British and Foreign School Society (BFSS)³, inserindo-se numa rede de difusão do ensino mútuo na versão lancasteriana. Houve, aliás, um contato regular com a instituição britânica, conforme testemunha o seu fundo documental. Ainda em 1821 é fundada uma agremiação intitulada Escola das Senhoras do Funchal Associadas, destinada igualmente a educar crianças pobres, mas desta feita dirigida ao sexo feminino. Ambas as Sociedades, civis na sua essência, eram suportadas por donativos particulares e impulsionadas, em especial, pela ação filantrópica de Joseph Phelps e da sua esposa, Elisabeth Phelps.

São conhecidos os regulamentos das duas Sociedades. Sem pretender entrar em detalhes, uma vez que na mencionada obra de Cláudia Gouveia se transcrevem tais documentos, interessa sobretudo dizer que, no caso da Associação Funchalense, cada subscritor tinha o direito, consoante a quantia e a periodicidade do pagamento, a propor um ou dois rapazes para frequentar a escola. Já no que concerne à Escola das Senhoras do Funchal Associadas, parte da receita era obtida através de subscritores cabendo a outra parte às próprias alunas. Define-se, por outro lado, que a “escola será franca a crianças de pessoas de todas as classes” (apud GOUVEIA, 2008, p. 209), além de se explicitar o currículo: “ler, escrever, contar e coser, segundo o sistema da Sociedade da Escola Inglesa e Estrangeira” (apud GOUVEIA, 2008, p. 209).

É no quadro de um movimento de benemerência protagonizado por prestigiadas figuras da sociedade funchalense, sob o impulso e a liderança, porém, de cidadãos britânicos, que se difunde o ensino mútuo. Tendo em conta esse contexto, o meu objetivo passa agora por destacar a vida e a intervenção de uma personalidade nascida na ilha da Madeira, mais precisamente na cidade do Funchal, sobretudo pelo fato de ter desempenhado um interessante papel na promoção do ensino mútuo na referida ilha, assim como na sua internacionalização no continente americano. Refiro-me a Alexandre Luís da Cunha.

2. ALEXANDRE LUÍS DA CUNHA (1803-1852): APONTAMENTOS BIOGRÁFICOS

³ O relatório anual da BFSS, relativo ao ano de 1858, refere mesmo o envolvimento da instituição britânica, que se encontrava sediada em Londres, na fundação da primeira escola de ensino mútuo na Madeira.

Alexandre Luís da Cunha nasce na cidade do Funchal no ano de 1803, aí permanecendo até 1828, momento em que é forçado a exilar-se nos Estados Unidos da América. Antes, porém, desloca-se a Londres, precisamente em 1823, com o propósito de aprender / aprofundar o método de ensino mútuo na Escola de Borough Road, fundada por Joseph Lancaster no final do século XVIII. Em 1826, na mesma linha de pensamento, visita a Escola de Ensino Mútuo da Casa Pia de Lisboa (viagens que abordarei na próxima secção). A sua vida profissional é multifacetada, sendo certo que aos 17 anos era clérigo de ordens menores. Contudo, a modesta condição social de seus pais impede-o de prosseguir uma carreira eclesiástica, conforme fica expresso num requerimento em que solicita um benefício nas Calhetas (ilha da Madeira):

Destinando-se para o Estado Eclesiástico com todos os estudos preparatórios que são necessários, não faltando nele vontade de se aplicar, e levar ao diante os seus conhecimentos literários para melhor servir a Igreja e o Estado, vê com grande dissabor que a sua carreira não pode continuar pela pouca fortuna de seus Pais, que o não podem sustentar em Coimbra aonde desejava frequentar a Faculdade dos Sagrados Cânones. (Arquivo Histórico Ultramarino, *Madeira e Porto Santo*, doc. 4964, [1820])

No decurso dos anos de 1820, e até ao seu exílio, é redator e proprietário dos periódicos *O Defensor da Liberdade*, *O Defensor* e *Correio da Madeira*, exercendo ainda funções docentes na Escola de Ensino Mútuo (SILVA e MENESES, 1965). Por outro lado, o fato de possuir excelentes conhecimentos de francês e inglês – a tradução ocupará um lugar importante na sua vida – leva-o a solicitar ao governador da Madeira provimento na cadeira das citadas línguas e na de geografia, que desejava ver criadas e unidas à Escola de Ensino Mútuo, corria o ano de 1825 (Arquivo Histórico Ultramarino, *Madeira e Porto Santo*, doc. 8940). Pretensão que acaba por ser indeferida. Dois anos mais tarde, e continuando a valer-se das suas competências nos referidos idiomas, requer emprego como “oficial de línguas” do governo na província da Madeira, no posto de tenente de milícias do Regimento do Funchal (Arquivo Histórico Ultramarino, *Madeira e Porto Santo*, docs. 10261 a 10263). Uma vez mais não obtém deferimento.

Em 1828, como antecipei, a vida de Alexandre Luís da Cunha sofre um importante revés. Com efeito, por sentença de 26 de fevereiro, é acusado de abuso de liberdade de imprensa, chegando a cumprir pena de prisão (FERNANDES, 1992). O assunto tem a ver com a publicação de um artigo que assina sob o pseudónimo “Verdadeiro Liberal”,

precisamente no periódico *O Defensor da Liberdade*, considerado então ofensivo para o juiz de fora do Funchal⁴. Este fato, além de ser um liberal de profundas convicções⁵, no exato momento em que D. Miguel jura a Carta Constitucional e assume a regência (restauração absolutista), determina o seu exílio; primeiro nos Estados Unidos da América, depois no Brasil. O regresso a Portugal acontecerá apenas em 1834, após o restabelecimento do governo constitucional.

Já afirmei aqui que a tradução ocupou um lugar importante na vida de Alexandre Luís da Cunha. Na verdade, convém destacar que no princípio da década de 1820 traduziu para português, juntamente com António José Gonçalves Chaves, *La Politique Naturelle, ou Discours sur les Vrais Principes du Gouvernement*, da autoria do barão d'Holbach (Londres, 1773), oferecendo-a à citada Sociedade Patriótica Constitucional (cf. *O Campeão Portuguez em Lisboa*, 1822, vol. II). No mesmo período traduzirá ainda (numa versão muito resumida) a seminal obra de Joseph Lancaster *Manual of the System of the British and Foreign School Society of London* (Londres, 1816). Em paralelo com a atividade de tradutor, não esquecendo a faceta de periodista, interessa assinalar a dedicação de Alexandre Luís da Cunha à narrativa de viagem. Refiro-me, em particular, à publicação da obra *Os Estados Unidos da América Septentrional em 1830 e 1831, ou huma breve descrição geográfica, politica, commercial, etc., dos mesmos* (Rio de Janeiro, 1832). Trata-se, como se percebe, de um texto publicado ainda durante o período de exílio, no qual o autor se afasta de uma narrativa ficcionada. Estamos, é certo, na presença de um roteiro de vivências – “tendo viajado por mais de dois anos pelos Estado Unidos” (*Os Estados Unidos da América Septentrional...*, [p. 4]) –, mas sobretudo perante uma narrativa suportada por diversas fontes; o autor, como indica, coligiu para o efeito “documentos e materiais” (Idem, [p. 4]). É clara, por outro lado, a intenção de escrever um texto “ao alcance de todas as classes da sociedade” (Idem, [p. 4]). Uma passagem que sublinha o pensamento liberal de Alexandre Luís da Cunha e que ajudará a perceber a sua interpretação do modelo de ensino proposto por Lancaster.

O regresso a Portugal, em 1834, marca um período de vida muito ligado ao exercício da profissão docente. É, aliás, interessante notar que Alexandre Luís da Cunha, passando por Lisboa no regresso do Brasil, corria o mês de julho do citado ano, tenha solicitado passaporte

⁴ Acerca do processo movido contra Alexandre Luís da Cunha, ver, por exemplo, o *Defensor da Liberdade*, n.º 92, 18/04/1828.

⁵ Note-se que Alexandre Luís da Cunha era membro da Sociedade Patriótica Constitucional, Gabinete de Minerva e da Sociedade Patriótica Constituição (VARGUES, 1997). O propósito dessas Sociedades era justamente o de defender o sistema constitucional e o Liberalismo. Acrescente-se, por outro lado, que Alexandre Luís da Cunha era correspondente da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis (cf. *O Panorama*, vol. 3.º, 2.ª série, 1844).

gratuito para a ilha da Madeira invocando a qualidade de professor de ensino mútuo (cf. Arquivo Histórico Ultramarino, Cx. 45, doc. 72). A partir de 1835, ao mesmo tempo que dirige a Escola de Ensino Mútuo, obtém alvará para lecionar a cadeira de línguas francesa e inglesa (pretensão antiga), sendo que três anos mais tarde, por mercê da rainha D. Maria II, é nomeado professor proprietário da referida cadeira no Liceu Nacional do Funchal (cf. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, *Registo de Mercês, D. Maria II*, 1838). Antes mesmo dessa nomeação, precisamente em 1837, é designado para vogal do Conselho Provincial de Instrução Pública e para membro da Comissão de Inspeção para o Concelho do Funchal (cf. Arquivo Regional da Madeira, *Atas do Conselho Provincial de Instrução Pública*, 1837).

Ensinaria no Liceu até 1847, altura em que se retira novamente para os Estados Unidos, sendo acompanhado pela mulher e pelos filhos (cf. *A Ordem*, n.º 42, 16 de outubro de 1852). Na origem da decisão terão estado os acontecimentos políticos dessa época. Refiro-me, em particular, à guerra civil da Patuleia (o Pronunciamento da Madeira ocorre em abril de 1847), ficando Alexandre Luís da Cunha inibido de exercer o magistério. Regressaria ainda ao Funchal, doente e em situação muito precária, vindo a falecer nessa mesma cidade em outubro de 1852.

3. O CONTRIBUTO DE ALEXANDRE LUÍS DA CUNHA PARA A DIFUSÃO DO ENSINO MÚTUO

Em 1819, como fiz notar, o ensino mútuo foi introduzido na ilha da Madeira pelo súbdito britânico Joseph Phelps. Lembro, ainda, que logo teve a preocupação de ensinar os fundamentos do modelo (que aprendera em Londres) a um cidadão madeirense. Estou em crer que o cidadão em causa era Alexandre Luís da Cunha. Duas circunstâncias dão algum suporte a essa ideia. A primeira tem que ver com o fato de, pelo menos desde 1821, ter vindo a difundir o ensino mútuo. Por exemplo, o tradutor da obra de Joseph Lancaster *Manual of the System of the British and Foreign School Society of London* (Londres, 1816), foi seguramente o professor português. A referida tradução, dada à estampa com o título *Breve Esboço do Sistema Britânico de Educação* (Funchal, 1821), mais não pretendia do que dar consistência às técnicas do sistema⁶. Por outro lado, em 1823, será a pessoa escolhida por Joseph Phelps para visitar com propósitos didáticos a Escola de Borough Road.

Para além dessas circunstâncias, e de todos os detalhes revelados a propósito da vida de Alexandre Luís da Cunha, é importante enfatizar a sua perspetiva em ordem a prestar atenção

⁶ Sobre a tradução em causa, consulte-se Silva (2010).

à receção ativa do conhecimento. Na verdade, interessa perceber a margem de interpretação do ator em função de um sistema de crenças e de valores; algo que permite detetar a coexistência (por vezes em conflito) de modelos e princípios da cultura mundial com “*scripts* específicos a certos contextos socioculturais” (CARVALHO & Ó, 2009, p. 186). Nessa ordem de ideias, podemos identificar no pensamento do professor português algumas intenções que se afastam dos pressupostos do ensino mútuo – falo, em particular, da redução do currículo às aprendizagens essenciais (ler, escrever e contar). Ora, se é certo afirmar que Alexandre Luís da Cunha sempre defendeu a superioridade do ensino mútuo, não menos verdadeiro será dizer que uma das questões pela qual se bateu foi a da ampliação do currículo. Em 1835, por exemplo, sustenta num periódico madeirense que do elenco curricular deveriam fazer parte disciplinas como a ginástica, a natação e a educação moral e política (cf. FERNANDES, 1992). Percebe-se que, finda a restauração absolutista (1834), é clara para Alexandre Luís da Cunha a importância da escola na consolidação da nova ordem liberal, algo que não se coadunava com a existência de um currículo mínimo. Mas desde a década de 1820 que no seu espírito está presente a ideia de revolucionar a sociedade como um todo. E o ensino mútuo, justifica em 1827 numa Memória sobre o sistema, seria o veículo para essa mudança, uma vez que, pelos seus resultados, havia mostrado ser “uma das maiores descobertas do espírito humano” (*O Defensor da Liberdade*, n.º 16, 25 de julho de 1827, suplemento)⁷. Esta assunção dos resultados proporcionados pelo ensino mútuo (designadamente a redução do tempo de aprendizagem) era, obviamente, muito sugestiva e ajuda a perceber a impressionante disseminação do modelo durante as primeiras décadas do século XIX.

Mas regressemos a 1823. Trata-se, como se disse, do ano em que Alexandre Luís da Cunha se desloca à Escola de Borough Road. Objetivamente, o propósito era o de ser “fully instructed in the British System” (*British and Foreign School Society Annual Report*, 1824, p. 34). Note-se que, de acordo com a mesma fonte, as despesas foram suportadas pela BFSS. Trata-se de uma circunstância que não se estranha se recordarmos o fato de a referida Sociedade ter estado diretamente envolvida na fundação da primeira escola de ensino mútuo na ilha da Madeira⁸. Em causa, a manutenção de uma rede destinada a difundir o modelo de ensino mútuo na versão lancasteriana. O próprio Joseph Phelps manteve contacto regular com a BFSS, informando-a dos progressos realizados por Alexandre Luís da Cunha após o seu regresso de Londres. Na verdade, através desse testemunho, refiro-me em particular a uma

⁷ A Memória em causa foi oferecida ao ministro do Reino e continha o esboço de algumas reformas do ensino, prevendo, como seria de esperar, a generalização do ensino mútuo.

⁸ Acresce dizer que à ilha da Madeira chegava regularmente material didático proveniente de Londres, como sucedia ainda no ano de 1840 (cf. GOUVEIA, 2008).

carta expedida do Funchal com a data de 1 de fevereiro de 1824, ficamos a saber, entre outros aspetos, que a estadia foi de curta duração:

Mr. Cunha on his arrival was fortunate enough to find a vacancy of a Master-ship paid by the Crown; and on my applying to the Governor, he was kind enough to say that he had not intended filling up the situation [...] Towards the latter end of November he was appointed to the situation, and on the 1st December he took possession of our School, with a salary from the Crown of R. 300, equal to about 64*l.* per annum; The Society will give him something besides. I was rather fearful that he had not made sufficient progress in the System, considering the short time he had been able to practise it in England; but I am happy to say, he more than answers our expectations. (*British and Foreign School Society Annual Report*, 1824, p. 127)

Apesar da brevidade da passagem por Londres, Alexandre Luís da Cunha não deixará de invocar a experiência de Borough Road (e o diploma que lhe foi conferido por ordem do Duque de Sussex) para legitimar a sua intervenção no plano da “importação” do modelo educacional veiculado pela BFSS (cf. *O Defensor da Liberdade*, n.º 16, 25 de julho de 1827, suplemento). Note-se, por exemplo, que na sequência de uma visita realizada à Escola de Ensino Mútuo da Casa Pia de Lisboa, em 1826, criticará as práticas nela adotadas e justamente pelo fato de o professor que a dirigia, João José Le Cocq, ter recebido formação em Paris. A questão, porém, merece ser melhor explicitada. Com efeito, o que Alexandre Luís da Cunha verdadeiramente põe em causa é a ausência, na aula da Casa Pia de Lisboa, de uma lógica de formação de professores baseada na prática em “escolas de aplicação”⁹. Não bastaria, pois, do seu ponto de vista, transmitir conhecimentos de um “mestre” para um “aprendiz”. E ilustra tal situação recorrendo a uma metáfora militar: “nunca se viu ensinarem-se oficiais para um regimento, sem estarem na forma com os soldados” (*O Defensor da Liberdade*, n.º 16, 25 de julho de 1827, suplemento). Ideia que sustenta depois do seguinte modo:

Devem ensinar-se [os mestres] como se faz em Inglaterra que neste ramo excede muito a França (onde o tal Le Cocq aprendeu), deixando-os trabalhar de per si numa aula prática, correndo por todos os graus de ensino, e depois de fazerem um exame escrito, e prático,

⁹ Interessa notar que a adoção do ensino mútuo em Portugal está intimamente associada à formação especializada de professores (FERNANDES, 1999; SILVA, 2008).

devem então ter um Manual, ou Regulamento do sistema, pelo qual se guiem em caso de dúvida. (*O Defensor da Liberdade*, n.º 16, 25 de julho de 1827, suplemento)

As palavras que acabei de citar suscitam alguns comentários. Em primeiro lugar, pelo fato de o autor estabelecer uma hierarquia de países, sobrelevando, como seria de esperar, aquele onde havia estudado (ainda que por breve período). Em segundo, por ver nos manuais um importante caráter ordenador, o qual, de resto, assegurará uma certa *integridade* do sistema na sua diáspora¹⁰; não obstante, claro, as diferentes resoluções que vai tendo a nível local (as quais, na essência, tem igualmente de se dizer, não modificam a estrutura organizativa do modelo).

Continuando a enfatizar a importância que os manuais tiveram na codificação do ensino mútuo, deve dizer-se que, em 1827, Alexandre Luís da Cunha expressou a vontade de verter para português o *Manual of the System...*, de Joseph Lancaster (cf. *O Defensor da Liberdade*, n.º 16, 25 de julho de 1827, suplemento); algo que, pelo menos em parte, havia concretizado aquando da publicação, em 1821, de uma versão resumida daquela obra (o mencionado *Breve Esboço do Systema Britânico de Educação*).

Para além de prestar especial atenção aos manuais do sistema – na verdade, codificadores de muitos aspetos da organização escolar, da arquitetura e, mesmo, de técnicas de ensino (prevenindo assim qualquer arbitrariedade) –, é clara da parte de Alexandre Luís da Cunha a preocupação com outro tipo de materiais impressos, em concreto, de natureza didática. De fato, em março de 1825, teve a intenção de estabelecer uma oficina tipográfica com o fim de imprimir lições e livros para a escola de ensino mútuo (Arquivo Histórico Ultramarino, *Madeira e Porto Santo*, docs. 9047-9048). Ora, as lições impressas, destinadas sobretudo a serem afixadas nas paredes da sala de aula, permitiam seguir as técnicas de aprendizagem em grupo propostas por Joseph Lancaster. Porém, a utilização de livros afastava-se dos fundamentos do modelo. Veja-se, por exemplo, a forma como Elisabeth Phelps, esposa de Joseph Phelps, observa esta questão:

O sistema em uso (o lancasteriano) é o mais barato que se conhece. A sua economia consiste na ausência de livros ou cartilhas para o ensino elementar, substituindo no seu lugar, lições em pautas de tábua. Estas estão tão duráveis, que a maior parte das que servem hoje na Escola estão em uso desde 1821, e este é um dos motivos (entre outros)

¹⁰ Sobre as dinâmicas de produção, difusão e tradução de materiais impressos durante a impressionante disseminação do ensino mútuo nas primeiras décadas do século XIX, ver Caruso (2007).

que obriga a Direção a manter a integridade daquele sistema. (IAN/TT, *Ministério do Reino*, maço 3571, Carta de Elisabeth Phelps a Marceliano de Mendonça, Julho de 1856, documento s. p.)

Mesmo tendo em conta o intervalo de tempo, as palavras de Elisabeth Phelps são importantes na medida em que nos ajudam a perceber a intervenção de Alexandre Luís da Cunha, que atribui diferentes sentidos aos fatos educacionais, pondo em causa os objetivos da invenção inglesa do ensino mútuo. Estou a pensar, para além dos propósitos utilitários e económicos, na centralidade da Bíblia no processo de ensino, se quisermos, na importância da educação das Escrituras durante o período da juventude. Com efeito, é preciso ter em mente que Joseph Lancaster valoriza a leitura em detrimento da escrita e muito justamente pelo fato de a primeira ter como objetivo educativo permitir às crianças aceder ao texto sagrado. Demais, verifica-se um antagonismo entre o enfoque que o modelo coloca na moralização através da leitura da Bíblia e a importância da escrita na tradição pedagógica portuguesa. Uma clivagem particularmente expressa no *Breve Esboço do Systema Britânico de Educação* (cf. SILVA, 2010). Por outro lado, a intenção de imprimir livros pode estar relacionada com a ideia de ampliar o currículo da escola elementar.

Vimos alguns dos pressupostos da intervenção educativa de Alexandre Luís da Cunha, assim como as diligências que efetuou para promover o ensino mútuo na ilha da Madeira. Mas igualmente relevante foi o seu propósito de divulgar o modelo durante o exílio (recorde-se, 1828-1834). Lamentavelmente, concernindo a este período, não disponho de muita informação. No entanto, tenho conhecimento de que Alexandre Luís da Cunha, no início do ano de 1829, escreveu à BFSS explicitando as circunstâncias que o conduziram ao exílio nos Estados Unidos, expressando ao mesmo tempo uma vontade. No que respeita a este último aspeto, sigamos o Relatório da BFSS:

Even in Madeira our schools have severely suffered. It appears by a letter received in February last, from the late master of the boys' school there, that the governor first deprived him of his salary, and that after an attempt to maintain the school on other resources, he was obliged to retire to America. His letter is dated from Baltimore, but he intended to carry the British system with him to Brazil. (*British and Foreign School Society Annual Report*, 1829, p. 27)

Não possuo dados que permitam concluir que a estadia em Baltimore teve algo a ver com o fato de Joseph Lancaster se ter estabelecido nessa cidade no início da década de 1820,

fundando o Lancasterian Institute e publicando uma nova edição do seu manual (*The Lancasterian System of Education with Improvements*, Baltimore, 1821). Por outro lado, é certo que Alexandre Luís da Cunha se estabeleceu no Rio de Janeiro no ano de 1832, publicando então, numa prestigiada editora local (Gueffier), a mencionada obra *Os Estados Unidos da América Septentrional...* Ainda assim, e não obstante a vontade expressa junto da BFSS, desconheço se teve atividade como professor de ensino mútuo. Porém, em 1834, quando solicitou passaporte para a ilha da Madeira no seu regresso a Portugal, a invocação da condição de professor de ensino mútuo pode sugerir essa possibilidade. Mas a questão central aqui – e nesse aspeto a intervenção de Alexandre Luís da Cunha é certamente elucidativa – é a de que o conhecimento educacional é socialmente construído no âmbito de redes de comunicação, nas quais os diferentes atores, convergindo e divergindo entre si, “produzem, fazem a receção, interpretam [e] difundem conhecimento” (CARVALHO e Ó, 2009, p. 190).

4. CONCLUSÕES

Este estudo teve uma especial preocupação com a forma como os utilizadores – em função dos seus contextos e interesses – atribuem diferentes sentidos aos fatos educativos, permitindo a emergência de interpretações locais. Um aspeto muito interessante (omnipresente neste texto) é o da surpreendente difusão do ensino mútuo durante as primeiras décadas do século XIX, algo que, de modo óbvio, colocava o problema da sua standardização. Mas, deve ser dito em primeiro lugar que o sucesso do modelo pedagógico em causa esteve intimamente ligado a um conjunto de ideias muito atrativas; falo, designadamente, da redução do tempo de aprendizagem e da economia de custos – de alguma maneira, tomadas como fatos “verdadeiros” até às décadas de 1840-1850, dependendo, no entanto, dos contextos. Ambas as ideias, juntamente com a circunstância de o ensino mútuo se dirigir a grupos muito numerosos de alunos, suscitaram a possibilidade de resolver o problema da educação popular numa geração.

Por outro lado, a questão da standardização do modelo não pode ser dissociada de uma outra: a da manutenção do conteúdo nuclear do conhecimento (não obstante, como se disse, a emergência de interpretações locais). Com efeito, verificámo-lo, Alexandre Luís da Cunha reconhece a necessidade de os procedimentos do ensino mútuo serem codificados, propondo, designadamente, a adoção de manuais (traduzidos para o efeito) e de regulamentos. Em causa, a perceção de um risco: o da perda de *integridade* do conhecimento. Já a posição manifestada

por Elizabeth Phelps (mais “ortodoxa”, dir-se-ia) demonstra sobretudo até que ponto o conhecimento, por ação de alguns utilizadores, pode ser resiliente.

Encerro dizendo que este estudo revela ainda – e nesse sentido penso que é relevante para a investigação histórica – que é no quadro de uma história global que se pode perceber o local.

Referências

CARUSO, Marcelo (Coord.). **Globalization and Printing. An International Research Guide for the History of the Bell-Lancaster System of Mutual Teaching in the 19th Century**. Berlim, 2007 [relatório de pesquisa].

CARUSO, Marcelo. Locating Educational Authority: teaching monitors, educational meanings and the importing of pedagogical models. Spain and the German States in the Nineteenth Century. In PHILLIPS, David & OCHS, Kimberly (Eds.). **Educational Policy Borrowing: historical perspectives**. Oxford: Symposium Books, 2004, pp. 59-87.

CARVALHO, Luís Miguel e Ó, Jorge Ramos do. **Emergência e Circulação do Conhecimento Psicopedagógico Moderno (1880-1960). Estudos Comparados Portugal-Brasil**. Lisboa: Educa e Unidade de Investigação de I&D de Ciências da Educação, 2009.

FERNANDES, Rogério. A difusão do ensino mútuo em Portugal no começo do século XIX. In BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes (Organizadores). **A Escola Elementar no Século XIX**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, pp. 25-43.

FERNANDES, Rogério. Educação e Ensino Popular na Madeira (Séc. XVIII-1840). **Revista da Universidade de Coimbra**. Coimbra, vol. 37, 1992, pp. 1-69.

GOUVEIA, Cláudia. **Phelps. Percursos de uma Família Britânica na Madeira de Oitocentos**. Funchal: Empresa Municipal “Funchal 500 anos”, 2008.

MORGAN, Mary S. Travelling facts. In HOWLETT, Peter and MORGAN, Mary S. (Eds.). **How well do facts travel?** Cambridge: University Press, 2011, pp. 3-39.

ROLDÁN VERA, Eugenia. Export as Import: James Thomson’s Civilising Mission in South America, 1818-1825. In ROLDÁN VERA, Eugenia and CARUSO, Marcelo (Eds.). **Imported Modernity in Post-Colonial State Formation. The Appropriation of Political, Educational, and Cultural Models in Nineteenth-Century Latin America**. Frankfurt: Peter Lang, 2007, pp. 231-276.

SCHRIEWER, Jürgen. **Formas de Externalização no Conhecimento Educacional**. Lisboa: Educa, 2001.

SILVA, Carlos Manique da. A Apropriação de um Modelo Educacional: o Ensino Mútuo no Funchal nas Primeiras Décadas de Oitocentos. **Revista Linhas**. Florianópolis, vol. 11 (2), 2010, pp. 68-84.

SILVA, Carlos Manique da. **Do modo de aprender e de ensinar. Renovação pedagógica e cenários de experimentação da escolar graduada (1834-1892)**. Lisboa: FPCE/UL, 2008 [tese de doutoramento].

SILVA, P.^o Fernando Augusto da e MENESES, Carlos Azevedo de. **Elucidário Madeirense**. Funchal: Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1965, 3.^a edição, vol. I.

VARGUES, Isabel Nobre. **A Aprendizagem da Cidadania em Portugal (1820-1823)**. Coimbra: Minerva, 1997.

VERÍSSIMO, Nélson. O Estabelecimento da Escola Lancasteriana no Funchal. **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, 2006, pp. 2478-2483.

Artigo recebido em janeiro/2013

Aceito para publicação em março/2013

REVISTA
PROFISSÃO
DOCENTE ON
LINE